

A TEORIA POLÍTICA DE MAX WEBER: TESTEMUNHO DAS DEMOCRACIAS PARLAMENTARES DO SÉCULO XIX

ANDERSON RIBEIRO DA SILVA¹⁰

RESUMO

O objetivo central deste trabalho foi o de colocar em evidência o pensamento político de Max Weber, um dos grandes cânones das Ciências Sociais. Para isto, fez-se uso de um grupo de obras do autor, com especial enfoque em Sufrágio e Democracia na Alemanha e em A Política como Profissão e Vocação, onde o intuito foi perceber como sua teoria política estava ancorada entre o realismo político e o liberalismo político.

PALAVRAS-CHAVE: Carisma; Estado Moderno; Sufrágio Universal; Alemanha; Vocação.

ABSTRACT

The central objective of this paper was to highlight the political thought of Max Weber, one of the great canons of the Social Sciences. To do so, a group of the author's works was used, with a special focus on Suffrage and Democracy in Germany and Politics as a Profession and Vocation, where the intention was to understand how his political theory was anchored between political realism and political liberalism.

KEYWORDS: Charisma; Modern State; Universal Suffrage; Germany; Vocation.

Introdução

Este trabalho visa fazer um esforço reflexivo sobre os escritos políticos de Max Weber (1864-1920), sociólogo, jurista e economista alemão. Weber, que é conhecido por suas largas contribuições para a emancipação metodológica das Ciências Sociais e por seu monumental empreendimento sobre o puritanismo cristão e sua importância para a consolidação do ethos capitalista, também foi um teórico e crítico político tenaz, bastante dedicado ao cenário político da Alemanha de sua época. Testemunha ocular e estudioso gabaritado da avalanche de transformações sociais, políticas e econômicas que varriam o Ocidente, Weber tinha como preocupação a posição retardatária da política alemã em relação à boa parte das potências europeias e dos Estados Unidos.

Weber teve como cerne de suas preocupações a racionalização ocidental, que sob a ordem social capitalista, indicava um futuro nebuloso para a construção e manutenção da autonomia política. A empresa capitalista, nova instituição da vida econômica moderna, estava traduzindo a mudança de comportamento de empresários e trabalhadores, ou seja, a permanente especialização e profissionalização, posto que a alta velocidade das transformações técnicas nas fábricas refletia na expansão desenfreada da atividade burocrática. Esta dinâmica sinalizava a urgência da reorganização burocrática do Estado - no caso alemão, ainda restrito à organização estamental.

Por outro lado, Weber também mantinha um desconforto com a sumária obediência da vida política à racionalização moderna. O sociólogo alemão, resignadamente, compreendeu a necessidade de assegurar um lugar efetivo para a liderança carismática na composição do Estado. Esta compreensão estava sintonizada justamente com o surgimento dos partidos políticos de massa, “empreendimentos” em política que seguiam o intento da burocratização, visando à viabilidade na disputa por cargos na administração estatal.

Max Weber, convicto da necessária etapa que a independência do parlamento representava para a formação das democracias modernas, por outro lado, não deixava de manter relevante cautela com as “democracias sem líderes”. Embora o parlamento constituísse um espaço por excelência para a gestação de líderes autênticos, a racionalização dos empreendimentos políticos ameaçava a capacidade dessas proeminências de assumirem lugares concretos na administração pública. Dado que a burocracia partidária inexistia sem o líder político, Weber se punha a reconhecer o papel eletivo importante do presidente, “líder plebiscitário”, não apenas no contrapeso às funções do parlamento, mas também no controle da administração burocrática do Estado.

Foi pensando nesse impasse, aparentemente incontornável no pensamento weberiano, que será proposto aqui duas frentes de análise. Este trabalho, em um primeiro momento,

vai se debruçar sobre o sufrágio universal igualitário, agenda que Weber alardeou programaticamente, em nome da condução da Alemanha ao regime democrático moderno. Max Weber estava convicto de que o voto unitário, garantido formalmente como direito político à ultima ratio, libertaria os homens das distinções estamentais típicas do Antigo Regime. O sufrágio igualitário seria um elemento central para a democratização, pois sua formalização evitaria qualquer tipo de clivagem prévia de ordem econômica ou social na definição dos direitos políticos.

Na sequência, e por fim, se discutirá a importância da liderança política para o ordenamento democrático moderno. É sobre a singularidade da política que Weber reflete acerca do “carisma” como uma característica que se impõe à política profissional. O funcionário do partido político, um personagem sem precedentes na história das civilizações, trabalha em nome de um programa partidário, e esse programa é encarnado pelo “líder político”. Não é à toa que Max Weber compara o líder político moderno ao demagogo ateniense. Este personagem é o único capaz de encarnar o poder. É por isso que Weber define o “senso de responsabilidade” como um estatuto conferido unicamente a ele. Trata-se de um senso que não se esgota na avaliação da mera função burocrática do político, mas também opera sob a própria existência, ou seja, a “vocação” do político para o exercício da liderança.

Este trabalho terá como subsídio os estudos políticos de Max Weber, com maior foco em duas obras: Sufrágio e Democracia na Alemanha e A política como profissão e vocação. A idéia aqui é dar eco a contribuições indispensáveis à plena compreensão dos arranjos institucionais democráticos promovidos pelo sociólogo alemão. Tal esforço consiste em um conjunto vigoroso de críticas políticas ancoradas em análises sociológicas, de modo que o que se tem a partir dessas contribuições é o testemunho qualificado das transformações modernas.

Sufrágio universal: a trilha para a autonomia nacional

O pensamento político de Max Weber se mostra singular no que tange à compreensão dos rumos que a política moderna vai tomando por toda a Europa de seu tempo. O autor, que já possuía um grande arsenal analítico sobre o cristianismo ocidental e o desenvolvimento capitalista, nos anos finais do século XIX estava obstinado a refletir sobre a vida política. Boa parte de sua produção como crítico político se debruça sobre o lugar retardatário da Alemanha frente ao franco desenvolvimento dos procedimentos políticos e diplomáticos na Europa e na América.

Sua inquietação é explícita em Sufrágio e Democracia na Alemanha, de 1917, onde o sociólogo alemão faz uma defesa enlutada do sufrágio universal como procedimento

adequado à racionalização burocrática do Estado e à liberalização econômica. Weber percebia que as democracias modernas exigiam uma atmosfera social que permitisse o exercício da liberdade política e da competição capitalista, de modo que a organização institucional do Império Alemão - ainda fundada nos estamentos burocráticos - era estanque da necessária modernização política.

A abordagem de Weber se notabiliza pelo recurso corrente do sociólogo às tipificações, demonstrando que, embora se proponha a fazer uma análise política, a faz sempre a adequando a categorias de estudos da sociedade, oriundas da Sociologia, do Direito e da Economia. Ao tratar da burocracia estamental alemã, Weber (2014a) aponta para a impossibilidade de seguir com um sufrágio baseado na divisão do eleitorado em classes sociais. Tal formação do sistema eleitoral simplesmente estaria claudicante com relação aos anseios cada vez mais evidentes da população pela democratização.

Outra forma de divisão condenada por Weber é a baseada na educação, distribuição essa que, segundo o mesmo, seria defendida por literatos. Weber adverte que justamente a educação representa um dos marcadores de reprodução dos estamentos da Alemanha. Mediante as diferenças notórias entre as classes sociais sobre capacidades “técnicas” e também sobre “cultura” geral, o sociólogo atenta, não apenas para o já citado caráter estamental, mas recorre, sobretudo, ao conceito de “maturidade política” (Idem, 2014, p. 107, grifos do autor).

Este termo aparece anteriormente, justamente em seu primeiro texto eminentemente político, intitulado “O Estado Nacional e a política econômica”, fruto de um discurso acadêmico feito em 1895. Nesta obra, Weber descreve como a política econômica está a serviço de uma “razão de Estado”, a qual seria “[...] a instância final e decisiva para as questões de política econômica alemã” (Idem, 2003, p. 69). A “imaturidade política” se reproduz à medida que as classes trabalhadoras e burguesas demonstram dificuldades para perceber a “[...] posição de potência mundial que continuamente põe o Estado diante de grandes tarefas de política de potência [...]” (Ibidem, p. 77, grifos do autor).

Para Max Weber, a educação e a diplomação não são capazes de conferir “maturidade política”, pois tais honrarias e proeminências não encampam a “luta livre pela existência econômica” (Idem, 2014a, p. 108). A vida política exige muito mais do que apenas habilitação para o exercício de cargos públicos, de modo que as “lutas” vivenciadas pelos empresários capitalistas e pelo proletariado certamente cacifam mais os indivíduos para uma compreensão possível sobre a unidade do Estado.

Weber segue fazendo suas restrições a qualquer intento em vincular o sistema eleitoral alemão à alguma classificação formal do tecido social. Ao compreender que o capitalismo

tem por característica a frequente profissionalização, estimulada pela “empresa racional”, ele considera inócua a classificação dos trabalhadores por meio das profissões (Ibidem, p. 116-118). A deficiência estaria contida na impossibilidade de definir uma autêntica “representação do povo”, posto que o critério em questão seria exclusivamente o de mote material, sendo assim, fadada a ser apenas uma forma de “representação de interesses” (Idem, 2014, p. 118-119, grifos do autor).

O que Weber sinaliza aqui (2014a) é a temeridade em se pretender conferir às associações profissionais um caráter “orgânico”, i.e., uma classificação eleitoral que compreenda as funções políticas dos homens como alinhadas com suas posições puramente materiais. Isto constitui uma problemática, dado que o mundo moderno estaria mergulhado em “[...] constantes reestruturações técnicas e comerciais [...]” e também sob o “[...] avanço de vínculos econômicos e sociais [...]”. Neste sentido, os partidos políticos de massa estariam mais bem relacionados à dinâmica social capitalista, pois se apresentam como estruturas apropriadas para a luta política” (Ibidem, p. 121).

Max Weber ressalta, no entanto, que as democracias liberais não rechaçam as organizações de interesses econômicos. O sociólogo observa que, assim como os partidos políticos, as associações de interesse são concebidas como um espaço institucional baseado “[...] no recrutamento juridicamente livre de seus partidários [...]”, de modo a se consolidarem como “[...] organizações apropriadas para a luta e para o acordo [...]” (Idem, 2014, p. 126, grifos do autor).

Em antítese ao antigo estado corporativo (Ständestaat), onde a dinâmica dos acordos ocorria mediante o “compromisso” entre os membros dos estamentos, o estado moderno incorpora uma “autoridade” unificada, que teria na última ratio da cédula eleitoral o estaque para conferir uma “[...] formação da vontade do Estado” (Ibidem, p. 130-131, grifos do autor). Isto significa que o estado moderno concede direitos aos indivíduos, caso o impasse se apresente. Contra a acusação que nomeia o sufrágio universal de “democracia dos números”, o sociólogo alemão ressalta (Ibidem, p. 131-133, grifos do autor) que a aritmética do sufrágio torna os indivíduos “cidadãos do Estado”, os desvinculando de qualquer critério ou nivelamento estamental.

Weber, em função de um projeto democrático moderno, correlaciona sufrágio igualitário e autonomia nacional. Esta correlação não compreende a organização social baseada nos estamentos, já que o sociólogo visava condições para o surgimento de um espaço de “luta”, tal como o parlamento, que já se apresentava como realidade na Europa. Ele estava convicto de que o parlamento era uma exigência do mundo moderno, pois transmitia algum senso de igualdade frente às desigualdades sociais, mediante o controle pelo voto, convertendo-se em um lugar de seleção dos líderes (Idem, 2014a, p. 133, grifos do autor).

Sobre os potenciais líderes parlamentares modernos, o sociólogo recorre (2005, p. 141, grifos do autor) ao “sentido político” da aristocracia. Isto porque ele admite que apenas os cidadãos “economicamente livres” acabam por estar integralmente disponíveis à vida política (Ibidem, p. 141). Neste sentido, o advogado é um personagem que, segundo Weber, melhor incorpora o espírito burocrático da democracia moderna, pois desfruta de relativa independência econômica e está em permanente contato com a burocracia de Estado, terreno onde se habilita para a “luta com a palavra” (Ibidem, p. 141-142).

Esta necessária adequação de uma aristocracia política à democracia moderna, segundo Weber, possui lastro na reprodução do “gesto do cavaleiro”, traço presente na Europa anglo-saxônica, a partir do século XVI (Ibidem, p. 154). A ascensão burguesa na vida urbana inglesa situou os gentlemen como personagens centrais, servindo de referencial para a nova experiência política. Em contraposição, Weber, ao refletir sobre o caso alemão, é tácito sobre a ausência de “dignidade estética”, que os confere a pecha de povo de plebeus (Ibidem, p. 155, grifos do autor).

Max Weber (2014a) entende que os povos anglo-saxões tiveram êxito em suas relações com suas aristocracias, impondo limites à sua existência dentro da democracia moderna. Por outro lado, os alemães, em sua histórica formação baseados nos estamentos, estavam fadados a reproduzir a “capacidade de retratação”, conduta de esforço pela preservação do lugar na burocracia estamental, comportamento de difícil “democratização”.

Ao fim e ao cabo, o sociólogo conclui aqui (2014a, p. 162-163) ser importante para qualquer regime moderno a presença de um “poder parlamentar” para atuar em contraponto à administração pública, fiscalizando-a. Neste momento, Weber ainda está de acordo com a monarquia constitucional como arranjo institucional, sem ressaltar o papel imponente de um líder nacional garantido por eleição direta. Sua preocupação aqui está no destaque à urgência do poder parlamentar, com o intuito de evitar o “diletantismo” do monarca moderno e o conseqüente domínio político do funcionalismo público.

Liderança política na Era Moderna: conduta sob a “ética da responsabilidade.

Movido por suas inquietações com a Alemanha, seu país de origem, Max Weber ingressou em uma jornada de reflexões, análises e críticas políticas que constituem, ainda hoje, um valioso arsenal teórico sobre a democracia moderna. Dentre estas obras que compõem o pensamento político weberiano, destaca-se o A política como profissão e vocação, obra datada de 1919, oriunda de uma palestra proferida por Weber para a União de Estudantes Livres.

É neste ensaio que Weber se lança a refletir sobre a importância da liderança política para a democracia ocidental moderna. Ao visualizar a imponente racionalização econômica e administrativa do início do século XX, o sociólogo alemão se debruça tanto sobre a necessária profissionalização da vida política quanto às qualidades que, inerentes ao líder político, demarcam o âmbito da originalidade e do “carisma”, traços que, para Weber, resistem justamente aos efeitos problemáticos da racionalização ocidental.

O sociólogo, sabidamente, estabelece um conjunto de definições tipológicas da dominação - a “tradicional”, a “carismática” e a “legal” - dentre as quais a carismática é considerada aqui como o aspecto de dominação burocrática onde “[...] a ideia de vocação está enraizada em sua melhor forma” (WEBER, 2014b, p. 393). É importante sublinhar a “reinterpretação” do carisma, proposta por Weber. A “dominação plebiscitária” constitui uma condição de “legitimidade formal” ao líder, mediante a “livre confiança” dos dominados (WEBER, 2015, p. 176).

A transição rumo à organização político-burocrática moderna que Weber aponta começa a dar seus indícios no âmbito do surgimento do Estado Absolutista. Segundo o sociólogo alemão (2014b, p. 406, grifo do autor), com a crescente profissionalização dos funcionários públicos, rompe-se com os estamentos, conferindo uma maior centralidade do poder ao monarca. Em paralelo, o sociólogo também identifica o surgimento dos “políticos dirigentes”. Trata-se de uma categoria de lideranças que sempre gravitou entorno do príncipe, cumprindo seu aconselhamento.

No entanto, o elemento diferencial neste conjunto de transformações é o “partido”. Este espaço institucional de “[...] treinamento na luta pelo poder e nos métodos desta [...]” (Ibidem, p. 409) contribuiu sensivelmente para a demarcação entre dois tipos de funcionários públicos - os de “carreira” e os “políticos”. Este último personagem é eminentemente moderno, partícipe incontestemente desta “atividade de interessados”, ou seja, da participação em “[...] um número relativamente pequeno de pessoas primariamente interessadas na vida política e, portanto, na participação no poder político [...]” (Ibidem, p. 421, grifos do autor).

Weber, ao considerar a racionalização da política incontornável, credita ao “carisma” o contrapeso necessário. Isto, porque o “líder político” concentra os esforços dos “funcionários dos partidos”, de modo que tal centralidade está intimamente ligada às possibilidades de alcance de objetivos do dado partido político, ou seja, cargos e postos na administração estatal (Ibidem, p. 426-427, grifo do autor). No entanto, o sociólogo está ciente das limitações impostas ao parlamentar no esforço em se vincular a algum interesse nacional.

O parlamentar, como será posto no mandato por seu eleitorado e como estará alinhado ao programa partidário, se verá desobrigado a compreender o interesse coletivo. Diante disso, o sociólogo sugere, a despeito do que considerou um “ditador plebiscitário” (Ibidem, p. 431-432) o que chama de o presidente do reich . Aqui, o sociólogo alemão já manifesta sua adesão à figura do presidente. Trata-se de uma posição que ainda não estava clara nos escritos anteriores, mas que se revela, segundo Weber, de acordo com a universalidade do sufrágio, já que se apresenta como o poder moderado de influência sobre a maioria parlamentar (Idem, 2014c, p. 387).

O “reichspräsident”, i.e., o líder político eleito de forma plebiscitária, é a “única válvula de segurança em relação à ausência de um líder”, posto que uma “democracia sem líder” tenderá, segundo Weber, à “[...] dominação dos ‘políticos profissionais’, sem vocação, sem as qualidades internas, carismáticas que fazem de uma pessoa um líder” (Idem, 2014b, p. 441-442, grifo do autor). Está claro para Weber que uma liderança garantida pela eleição direta funciona como a salvaguarda do próprio poder parlamentar, pois ambas representariam as arenas conferidas pelo voto.

Em crítica à situação política alemã de seu tempo, Weber visualiza o “Reichstag” - parlamento - inócuo em relação ao “Bundesrat” - Conselho Federal - considerando que a etapa necessária à transição da Alemanha para uma forma democrática politicamente igualitária não havia sido cumprida, pois o que se tinha até então, afirma, é uma dominação de “panelinha” (Ibidem, p. 441, grifos do autor). Aparentemente, sua preocupação é com a apreensão da política pela franca profissionalização moderna.

Esta é uma posição que faz Weber transitar entre a social-democracia e a realpolitik, já que, embora seja um franco defensor do sufrágio universal e igualitário como critério indispensável à democratização do Estado, por outro lado, assume a pertinência de uma liderança carismática. Isto fica claro quando o sociólogo atribui aos próprios partidos políticos e a pequeno-burguesia alemã a hostilidade em aceitar o que considera ser uma tendência futura dos partidos de massa .

A grandiosidade do papel do líder político, para Weber (2014b), se dá no liame entre a “ética da convicção” e a “ética da responsabilidade”. A especificidade da dimensão política não está legada a uma “ética absoluta”, dado que esta “[...] não se preocupa com ‘consequências’” (Ibidem, p. 451, grifo do autor). Tais éticas políticas fazem alça de mira aos fins “bons”, contando com o “meio decisivo”: o uso da violência (Ibidem, p. 453). Dada a descrição que Weber nos apresenta, nesta mesma obra, sobre o Estado, podemos afirmar que a “luta política” ocorreria visando o controle do Estado.

Considerações finais

Refletiram-se aqui neste trabalho dois pontos acerca do pensamento político de Max Weber. Ao se recrutar tanto a frequente reivindicação de Weber pelo sufrágio universal e igualitário quanto a sua enlutada defesa pelo reconhecimento da liderança política moderna, é possível percebermos o caráter ambíguo de suas posições. Mas tal ambiguidade não expressa, como se poderia pensar, uma simples indefinição ou faceta contraditória de seu pensamento. O que se pode depreender de seus escritos é um caráter reflexivo sobre as nuances que, manifestamente, se apresentavam como elementos apropriados - e urgentes - para um regime democrático moderno.

Frequentemente associado ao liberalismo político, sua inclinação ao reconhecimento de um poder soberano, que compusesse com o Parlamento, um estaque aos incontornáveis avanços da racionalização burocracia moderna, foi tido como posição alinhada com o realismo político, por outro lado. Sua preocupação - ou melhor, “desespero”, como salientou Maurício Tragtemberg - mirava a real possibilidade da perda da liberdade humana em face de uma ordem social burocrática insuperável (TRAGTEMBERG, 2005, p. 19).

O sufrágio igualitário representou, para Weber, o critério definitivo para que se pudesse assegurar um regime de fato democrático, alinhado com a dinâmica capitalista e, portanto, rompido com toda forma de estamento de classe. O “empreendimento” político, ou seja, o partido de massa, estaria em consonância com a empresa capitalista, compreendendo uma organização burocrática que permitiria a franca competição na “luta política”, i.e, a disputa por cargos nos quadros administrativos do Estado.

Como maior elemento de defesa do sufrágio igualitário, Weber reforça a garantia das condições de surgimento de lideranças políticas, já que os membros do parlamento passariam a ter chancela plena do eleitorado para influenciar o governo, mediante a ultima ratio. Esta seria uma clara sinalização no sentido de superar a anterior organização de seleção de líderes. O domínio sobre a escolha do melhor candidato estaria contido integralmente na opção independente dos homens, excluindo qualquer marcador formal de classe, de escolarização ou de condição material.

No entanto, a “luta política”, ao se alinhar à empresa capitalista, também estaria fadada à dominação burocrática dos partidos políticos e seus funcionalismos. O lugar institucional do “líder carismático” é, para Weber, um contrapeso ao poder imperioso dos parlamentos, mas também da própria dominação burocrática racional, posto que uma “democracia sem líder” poderia abrir as portas da condução da vida política nacional para os próprios quadros administrativos. Ou seja, a política puramente racional estaria no comando, sem prever margem à liderança carismática.

Weber, aparentemente como saída para conter os efeitos perversos da racionalização burocrática, não nega o “carisma”, admitindo um caráter “antiautoritário”, que se expressa na figura do “líder plebiscitário”. Ao perceber a experiência positiva da eleição direta do presidente nos Estados Unidos, Weber reconhece a importância da liderança executiva, pois este personagem funciona como contendor às condutas do poder parlamentar e também se posiciona como o líder da burocracia do Estado, extraíndo seu poder político e o transmitindo para aqueles que, de fato, estão na “luta política”.

Esta combinação de libertação completa do voto unitário das clivagens estamentais, por meio do sufrágio igualitário, com o estabelecimento do líder carismático plebiscitário não expõe uma solução inaudita e inquestionável sobre os dilemas da racionalização ocidental moderna. Na verdade, constitui um diagnóstico desencantado de Weber, atendo-se às condições mínimas de garantia das liberdades humanas. O ceticismo weberiano não nos permite prever um mundo melhor. Isto, é claro, não é o objetivo concreto de Weber. No entanto, a contribuição do sociólogo alemão nos permite encarar os percalços que a Modernidade nos impõe, o que nos faz manter o ímpeto de lutar por uma sociedade cada vez mais plural.

REFERÊNCIAS

- TRAGTEMBERG, M. Apresentação - Max Weber e a Revolução Russa. In: Estudos Políticos: Rússia 1905 e 1917. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005. p. 7-49.
- WEBER, M. O Estado nacional e a política econômica. In: COHN, G. (Ed.). . Max Weber: sociologia. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003. p. 58-78.
- _____. A situação da democracia burguesa na Rússia. In: Estudos Políticos: Rússia 1905 e 1917. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005. p. 61.
- _____. Sufrágio e democracia na Alemanha. In: LASSMAN, P.; SPEIRS, R. (Eds.). . Escritos Políticos. 1a ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014a. p. 103-166.
- _____. A política como profissão e vocação. In: LASSMAN, P.; SPEIRS, R. (Eds.). . Escritos Políticos. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014b. p. 389-463.
- _____. O presidente do Reich. In: LASSMAN, P.; SPIERS, R. (Eds.). . Escritos Políticos. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014c. p. 383-388.
- _____. Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva Vol. I. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.